

OS DOIS SENTIDOS DO PROBLEMA DA VONTADE NO SEGUNDO WITTGENSTEIN

TWO SENSES OF THE PROBLEM OF THE WILL IN SECOND WITTGENSTEIN

Eduardo Gomes de Siqueira*

RESUMO: Este artigo tem a intenção de apresentar programaticamente duas coisas: a) o modo de presença do problema da vontade no horizonte das *Investigações Filosóficas* em seus dois sentidos fundamentais, enquanto pseudoproblema filosófico e enquanto autêntico problema gramatical; e b) indicar a perspectiva geral pela qual o delineamento mais preciso de uma Gramática do Querer em Wittgenstein pode ser obtido.

PALAVRAS-CHAVE: Wittgenstein. Gramática da psicologia. Vontade gramatical. Terapia gramatical do eu. Pragmática filosófica.

ABSTRACT: This paper have as aim to make two programmatic points: a) to show the way in wich the problem of the will is present in the horizon of the *Philosophical Investigations* in its two basic senses, as a philosophical pseudo-problem, and as an authentic grammatical problem; and b) to indicate the general perspective by wich a most precise delineation of a Grammatic of the Will in Wittgenstein can be done.

KEY WORDS: Wittgenstein. Grammar of the psychology. Grammatical will. Grammatical therapy of the self. Philosophical pragmatics

I - INTRODUÇÃO: *Die epistemologischen Problem des Wollens*

Ao argumentarmos *Por Uma Gramática do Querer em Wittgenstein*¹, quisemos com isso colocar em cena não apenas uma interpretação do assunto (o problema da vontade) e de seu método de tratamento (o das descrições gramaticais ‘perspícuas’ dos contextos de uso e aprendizagem de palavras através de exemplificação e comparação), mas também colocar

* Professor de filosofia do DFL/UFS desde 1996, mestre em filosofia fenomenológica pela UFRJ (1996) e doutor em filosofia da linguagem pela Unicamp (2004). Membro do grupo de pesquisa ‘Filosofia da Linguagem e do Conhecimento’ - Capes/Cnpq. Contato: edgomesiq@yahoo.com.br

ainda em questão o problema do sentido de se abordar, hoje, um tal assunto e um tal método. Adotamos um *modo de apresentação* do problema da vontade na filosofia de Wittgenstein, e especialmente de seu modo terapêutico-gramatical de tratá-lo, o qual nos permite argumentar, ao mesmo tempo, em favor de certa interpretação do sentido da filosofia do segundo Wittgenstein, que a especifica como abordagem *filosoficamente pragmática de problemas epistemológicos*, enquanto estão estes vinculados, em uma Filosofia da Linguagem, aos problemas da significação lingüística e dos limites do sentido.

Tomamos como campo principal de preocupações o dos problemas epistemológicos – constituídos, basicamente, pela questão da apresentação e justificativa de *critérios* nos usos do simbolismo que pretendem se revestir de significação cognitiva, ou seja, no *trabalho* de aplicação de formas a conteúdos e, mais especificamente, os usos que envolvem a discussão do sentido e das significações das ações humanas; e defendemos aí um certo modo de compreender o tratamento gramatical de termos psicológicos na, assim chamada, segunda fase do pensamento de Wittgenstein. Mantendo em vista este pano de fundo é que procuramos apresentar uma interpretação do sentido dos desdobramentos conceituais que levam nosso autor daqueles sete aforismos do *Tractatus Logico-Philosophicus* até os quase setecentos parágrafos da parte I das *Investigações Filosóficas* – naquilo que tocam no problema da vontade, a saber, a confusão sistemática entre gramática e experiência que costuma acompanhar os usos dessa palavra. Anota Wittgenstein em *Zettel*, 590:

A conexão do nosso problema central (*unseres Hauptproblems*) com o problema epistemológico do querer (*epistemologischen Problem des Wollens*) já antes me havia ocorrido. Quando aparece em psicologia um problema tão obstinado (*hartnäckiges*), é porque não se trata de nenhuma questão acerca de fatos da experiência (tais problemas são sempre mais tratáveis), mas de um problema lógico e assim, propriamente, um problema gramatical (*grammatisches Problem*)².

O “problema epistemológico do querer” é um problema psicológico “obstinado” e difícil de desatar justamente porque aí não encontramos, como pode parecer, uma solucionável questão empírica, mas antes, *propriamente*, um problema lógico, ou melhor, um problema *gramatical*, isto é, questões acerca dos limites do sentido do *uso* das palavras, as quais não têm nenhuma *solução* através do recurso a ‘fatos’ ou a ‘teorias’, mas que geram

¹ Título de nossa tese, defendida em setembro de 2004 sob orientação do Prof. Dr. Arley Ramos Moreno/Unicamp.

² WITTGENSTEIN, L. (1967:103).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

confusões conceituais que podem apenas ser *dissolvidas* pelo recurso, não mais a uma análise lógica definitiva, isto é, que procure estabelecer condições necessárias e suficientes para o uso com sentido das palavras, e sim através apenas de descrições gramaticais perspícuas dos jogos de linguagem do voluntário. Desse modo, ao interpretarmos os desdobramentos conceituais que levam nosso autor da concepção da vontade como “ora empírica, ora transcendental”, como no TLP, à “vontade gramatical” das *Investigações* (através das passagens decisivas pela Fase Intermediária ou do Cálculo), o que está em questão é o estatuto mesmo da *proposição gramatical* e de seu papel em debates epistemológicos. Vamos, com vistas a este fim, procurar indicar os modos de presença do problema da vontade e de seu horizonte de *dissolução*, tal como este se apresenta nas *Investigações* e em textos contemporâneos desta segunda fase.

É, portanto, na perspectiva das conseqüências epistemológicas da Terapia Gramatical da vontade, especialmente para o campo das Ciências Humanas, que buscamos delinear um horizonte de sentido para nossa abordagem da trajetória pela qual se fez conduzir Wittgenstein, desde a *Teoria do Simbolismo Lógico* do *Tractatus* até a *Terapia Gramatical das Imagens* das *Investigações*.

II - DESENVOLVIMENTO

II.1- *Um ‘Problema Lógico’: Propriamente, um Problema Gramatical*

O modo terapêutico-gramatical de assinalar os limites do sentido, das *Investigações*, deve ser compreendido contextualmente, em suas relações com o modo tractariano de propor esta demarcação. A *Teoria do Simbolismo*, que permitia pretender explicar (*erklären*) os limites da proposição significativa, dá lugar, pois, a uma *Terapia Conceitual*, uma atividade de investigação que quer elucidar (*aufklären*) nossos usos de imagens – e seus limites.

Da teoria do jovem Ludwig para a terapia de Wittgenstein quanto há de continuidade e quanto de ruptura? Mesmo levando em consideração apenas a notação simbólica sugerida pelo TLP (deixando de lado sua parte ‘mística’), enquanto tenha ela de fato resolvido, no sentido de ter tornado obsoletos, certos problemas da Lógica e da Epistemologia – chegando a ser descrito este livro como ‘a Bíblia’ de certas correntes de pensamento do século XX³ –, é certo que a partir daquela notação novos problemas não se furtaram a surgir.

³ Por exemplo, diz Quinton: “E os lógicos analíticos concluíram que uma preliminar essencial para uma teoria do conhecimento que estabelecesse as condições para a distinção entre o verdadeiro e o falso, era uma teoria da

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

A metáfora da Bíblia, acima referida, pode variar bastante de sentido conforme se interprete o TLP, explorando um pouco mais a ambigüidade da metáfora, no papel de *Antigo* ou de *Novo Testamento*. Se for o *Novo*, então o *Antigo* poderia ser, por exemplo, a *Crítica da Razão Pura*, com sua subjetividade ainda mosaica a ser superada pela boa nova da linguagem pura – e com isso o trabalho da segunda fase de Wittgenstein poderia ser visto como uma espécie de Reforma Protestante. Já se o TLP for visto como o *Antigo Testamento*, então poderiam ser as *Investigações* elas próprias um *Novo Testamento*, trazendo consigo uma única lei para substituir a antiga, ou seja, uma ‘nova lei do uso’ viria para realizar as promessas e dispensar definitivamente a velha escada do septólogo tractariano?

O ponto da metáfora que para nós salienta um aspecto relevante (pois a Bíblia ela mesma carrega uma ambigüidade entre o novo e o antigo) é o fato dela chamar a atenção para o problema da ‘continuidade *versus* descontinuidade’ entre TLP e *Investigações*, onde duas distorções típicas parecem usuais: exagerar a continuidade, minimizando com isso o valor das *Investigações*, consideradas acessórias em relação ao projeto original do TLP; ou exagerar a descontinuidade, fazendo supor uma ruptura tal que o projeto das *Investigações* pudesse ser formulado e entendido com total independência do ‘antigo modo de pensar’ de seu autor, como se Wittgenstein tivesse realmente “começado do zero” uma nova concepção de Filosofia da Linguagem a partir dos anos trinta (como sugerem alguns interpretes pós-modernos)⁴.

Nosso alvo mais geral é, ao procurar não tombar para um lado nem para o outro, colaborar para um entendimento cada vez mais sistemático e adequado das implicações éticas e epistemológicas do conceito de Filosofia da Linguagem das *Investigações Filosóficas*, o qual é definido essencialmente como um conceito de *método*, em suas relações com o *entendimento* (das *regras* de uma linguagem) e com a *vontade* (uma *atividade*, a atividade de *seguir* as regras). Como queremos não exagerar as descontinuidades, mas sem por isso reduzir

significação para distinguir entre o significativo e o sem sentido. A Bíblia do movimento lógico analítico foi o *Tractatus* de Wittgenstein. Como outros textos sagrados, ele combinou fervor profético com obscuridade sibilina de um modo que convida e recebe muitas interpretações conflitantes” - Quinton, A.M., *Excerpt from “Contemporary British Philosophy”* in: Pitcher, G. (ed.) *Modern Studies in Philosophy*, 1966 (pág. 03). Cf. ainda Fujimoto: “Historicamente o TLP foi uma Bíblia para o positivismo lógico nos anos 30, enquanto as aulas de Wittgenstein e as *Investigações* foram as principais fontes de estímulo para as atividades dos assim chamados analistas lingüísticos desde cerca de 1945” – Fujimoto, T., *A Noção de Erklärung*, in: *Ludwig Wittgenstein – Philosophy and Language*, Ambrose e Lazerowitz (orgs.), 1996 (pág. 222).

⁴ É o que diz, por exemplo, Lyotard em *A Condição Pós-Moderna* (1988), ao apoiar-se exclusivamente nas *Investigações* de Wittgenstein para legitimar seu método. Também Stanley Cavell em sua *América Nova Ainda*

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

uma filosofia à outra, perdendo de vista o que as distingue, gostaríamos de defender como mais adequada a sugestão de uma visão de continuidade como *continuidade retrospectiva*⁵, ou seja, não no sentido de uma continuidade progressiva, tomando o TLP como ponto de partida, mas uma *continuidade regressiva*, auto-terapêutica, que tome o ponto de vista, supostamente mais amplo e sensato, das *Investigações*, como ponto de referência – sem precisar por isso eliminar as diferenças entre a primeira filosofia e a segunda.

Diante disso o que temos de pôr em relevo, nos parece, é o *caráter negativo da terapia*. Mas notemos primeiramente que, apesar das importantes diferenças entre as duas fases mais conhecidas, o deve-gramatical não fica devendo nada em ‘dureza’ ao deve-lógico tractariano. Ou seja, o lugar do *a priori* na reflexão filosófica e seu poder normativo são preservados intactos, ainda que o método de descrição adotado para mostrá-lo exiba o conceito de *linguagem* que se adotou (empirista, lógico, fenomenológico, calculista ou gramatical) e isso seja determinante do modo de conceber o *a priori*, o que se manifesta tanto na forma dos objetos descritos (na delimitação de sua possibilidade) como nas pressuposições assumidas quanto às suas condições de representação.

Muita coisa, senão tudo, parece depender, portanto, do modo de apresentação (*Form der Darstellung/Darstellungsweise*) daquilo de que queremos falar. A questão da *possibilidade* de uma Gramática do Querer em Wittgenstein tematiza assim os cuidados que devemos ter com o modo de apresentação do problema do sentido do tratamento terapêutico-gramatical wittgensteiniano dos *problemas filosóficos* envolvidos com termos psicológicos – e em especial seu tratamento do ‘obstinado’ problema epistemológico do querer, que tem conexão com o ‘nosso’ problema, um problema de caráter lógico (que tem mais a ver com o *sentido* do que com a ‘verdade’) e, portanto, mais apropriadamente, um problema gramatical.

II.2- A Pergunta Epistêmica e a Pergunta Gramatical: Entendimento e Vontade

Um projeto para o trabalho epistemológico de inspiração gramatical demanda atenção e cuidados ao relacionarmos a Terapia Gramatical negativa e uma Epistemologia positiva, envolvendo, pois, uma *tensão* entre uma concepção puramente negativa de Terapia Gramatical, estritamente wittgensteiniana, e um projeto epistemológico positivo baseado na

Inabordável (1997) e Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (1998) podem ilustrar devidamente este tipo de posição.

⁵ Idéia sugerida pelo Prof. João Carlos Salles em *A Gramática das Cores em Wittgenstein* (2002).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

consideração do papel de unidades pragmáticas na *constituição*, e não apenas na *regulação*, tanto dos objetos do conhecimento como dos sujeitos da experiência.

Ainda que o *Tractatus* não se envolva diretamente com o problema da ‘aplicação’ (*Anwendung*) do simbolismo aos objetos empíricos, guarda um papel decisivo (porém intratável, naquele contexto) para este conceito, uma vez que é a aplicação que *mostra* (o que, portanto, não pode ser *dito*) que o signo está sendo usado, por exemplo, como nome de cor, ou no espaço lógico da coloridade. No início da Fase Intermediária uma linguagem fenomenológica aparece para Wittgenstein como algo *necessário*, justamente para dar conta da *aplicação* da Lógica, por exemplo, a sistemas graduados e exclusão de cores (o que a notação simbólica do TLP não tinha como decidir)⁶. Uma Epistemologia de inspiração terapêutico-gramatical, por sua vez, cuja possibilidade se defende aqui, pode procurar, pelos métodos de exemplificação e de comparação, fazer uma análise reflexiva dos movimentos conceituais (em sua significação dinâmica), que são historicamente datados sim, porém ainda vistos como *internos* aos sistemas, algo que nos aproxima, com ressalvas, do projeto grangeriano de uma Epistemologia Transcendental, e de seu correlato conceito de *estilo* (Gaston-Granger, 1974).

Uma pergunta gramatical trai semelhanças aparentes com uma pergunta epistêmica: ela pode ter a forma ‘como você sabe que...?’ ou ‘como sei que...?’ (Por exemplo: como sei que ‘o signo significa tal’, que ‘tenho dores’, que ‘tenho intenções’, que ‘não tive tal intenção’, o que ‘quero dizer’, o que ‘quero’, que ‘quero’, o que ‘queria dizer, mas não disse’, que ‘tenho lembranças’ e ‘esperanças’, ‘familiaridade’ ou ‘estranhamento’, ou ‘o que fazer ante uma regra matemática?’). Trata-se de perguntar pelos *critérios* de adscrição de significação (vida) a certos signos (em si, mortos).

A pergunta gramatical não cabe, porém, nos moldes estritos da pergunta epistemológica – e vice-versa. A pergunta epistemológica envolve, por um lado, mais que a pergunta gramatical, pois a pressupõe. Mas a pergunta gramatical envolve, por seu lado, algo mais, que a pergunta epistêmica não pode envolver, por definição. Este elemento é o que fica resguardado pelo uso da expressão ‘terapia’ para caracterizar a atividade gramatical, e pelo uso da expressão ‘doenças conceituais’, as quais são motivadas geralmente por ‘dietas inadequadas’, para caracterizar os *problemas filosóficos* – como o diz Wittgenstein nas

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

Investigações, parágrafo 593: “Uma causa principal das doenças filosóficas – dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos”.

Wittgenstein não está propondo uma teoria nova, nem fincando bases para uma nova teoria a ser construída, seja neo-mentalista, seja neo-behaviorista (com seus inevitáveis novos calhaus metafísicos), e nem mesmo para qualquer nova classificação de termos psicológicos, mas visa apenas, como ele diz no parágrafo xi da parte II das *Investigações*, clareza conceitual: “(Não almejo, com todos estes exemplos, esgotar o assunto, nem uma classificação dos conceitos psicológicos. Eles devem apenas pôr o leitor em condições de auxiliar-se a si próprio nos casos de falta de clareza conceitual)” (Wittgenstein, 1986: p.206).

O que Wittgenstein está fazendo é mostrar como fazer a Terapia Gramatical do pensamento confuso; e o ponto é que as razões das confusões conceituais, no mais das vezes, não são de ordem estritamente epistêmica. A dificuldade, para o trabalho terapêutico gramatical, parece não estar propriamente no *intelecto* do interlocutor – que em geral deve estar funcionando bem, segundo suas regras e seu bom-senso -, mas em sua *vontade*, ou seja, no modo como ele se *agarra* a suas regras e se *deixa guiar* pelo seu bom-senso:

Dificuldade da Filosofia. Não a dificuldade intelectual das ciências, mas a dificuldade de uma conversão (*Umstellung*). Oposições da *v o n t a d e* estão para ser superadas⁷.

Teremos de atentar mais para o que ele *quer fazer*, para a descrição da *atividade* de seguir uma regra (para o *uso* das palavras) e menos para o que ele *pensa*, para a identificação da regra que é seguida (para a *forma* das palavras).

Nosso objeto (o problema da vontade) tem assim uma conexão interna com seu método de tratamento: a dissolução de problemas filosóficos, como é o caso do obstinado problema da vontade, se faz através de descrições gramaticais que envolvem fundamentalmente a atividade terapêutica de ‘ver aspectos’ das imagens que usamos, o que,

⁶ O registro de uma necessidade de uma linguagem ‘fenomenológica’ ou ‘primária’, bem como seu descarte, está registrado nas *Philosophische Bemerkungen*; para uma ampla exposição sistemática do problema da cores em Wittgenstein ver Salles, J.C., *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, Campinas: ed. Unicamp, 2002.

⁷ Título do *Big Typescript*, 86 (*Nachlass*, vol. 89a). A palavra ‘W i l l e’ vem destacada por espaçamento duplo no original de 1932. E é questão para nós se este sentido da oposição ‘intelecto x vontade’ da Fase Intermediária permanece ainda, e do mesmo modo, no horizonte nas *Investigações Filosóficas*.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

por sua vez, esclarece Wittgenstein, “depende da vontade”⁸ – e não propriamente do intelecto, ou da realidade.

Partimos, geralmente, do pressuposto de que a linguagem filosófica não pode ser fácil: o texto filosófico não deve poupar ao seu leitor o dever kantiano que ele tem de aprender a pensar por si próprio. A *Crítica da Razão Pura*, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e a *Dialética do Esclarecimento* podem ser contados como exemplos clássicos desta competência, com seu alvo comum de se fazer realizar a árdua tarefa do esclarecimento – cada um resguardando a seu modo a sua peculiar zona de obscuridade, seja como o Noumenon, como o Místico ou como o Outro.

Wittgenstein desenvolveu um novo *estilo* nas *Investigações*, e parece ter, com isso, abandonado aquele princípio de que a linguagem filosófica deve ser ‘difícil’ (o princípio da abstrusidade, como diria Hume), pois tudo o que ele aí diz parece trivial, se não superficial, simples, fácil de entender. E, reagimos: “Se é fácil de entender, então não pode ser (boa) filosofia”. E neste ponto parece que devemos ter razão. Acontece que nas *Investigações* a dificuldade da filosofia não é mais ostentada nas frases, o que é difícil de compreender não está mais no *que* (semântico) é dito, e nem mesmo no *como* (sintático) o é dito – e nem mais também no *que* ficou ‘não-dito’ –, mas antes em se tentar saber do *por que* (terapêutico e pragmático) de Wittgenstein ter se dado ao trabalho de dizer o que disse, exatamente como o disse – tendo deixado de dizer exatamente tudo aquilo que ficou sem ser dito.

O fácil entendimento das frases dialógicas das *Investigações* parece não garantir para nós nenhum acesso a um domínio privilegiado de compreensão, parece não nos conduzir mais a nenhum cume desde onde o sentido do ser, ou sua falta de sentido, finalmente se nos desvelaria. De facto. O que Wittgenstein faz é, de pleno direito, abandonar qualquer tentativa de ostentação de um pensamento profundo (ou superior) através da arquitetônica aparente das frases, como se esta fosse necessariamente a marca distintiva de uma linguagem filosófica. Adota, seu texto, então, a forma discursiva de uma prática dialógica ininterrupta, uma arte de investigar que termina, como nota Beth Savickey, exatamente como começou: “no meio da conversa” (Savickey, 1999:128).

⁸ IF, II, xi, (1968, p.210): “O ver um aspecto e o representar-se dependem da vontade (*untersehen dem Willen*)”. Nas *Notas sobre Filosofia da Psicologia II*, par. 107, Wittgenstein explicita: “A sentença ‘representar-se é sujeito (*unterworfen*) à vontade’ não é uma sentença da psicologia.” (grifos itálicos no original), ou seja, trata-se, assim o entendemos, de uma *proposição gramatical*.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

Ao enfrentar o problema da *aplicação*, o método das *Investigações* não escamoteia mais as distorções provocadas pelas nossas *contradições civis* (IF, 125), no atrito da *práxis* (IF, 21), ou seja, não nos exime mais de examinarmos os papéis que a palavra desempenha, de investigarmos sua função na *práxis* da linguagem (*Funktion in der Praxis der Sprache*); estamos, agora, “de volta ao solo rugoso” (IF, 107). Um aspecto central destas afirmações é que nossa vontade é que tem de ser persuadida de que aquilo que parece ser *necessário* para as convicções do intelecto é apenas uma *possibilidade* convencionalizada como norma. Por aí é que podemos dissolver os ‘tem de’ e os ‘não pode’ de nossa vida e nossa linguagem, pela quebra gradual de uma dieta unilateral de imagens. É acerca deste problema que estamos pretendendo, neste artigo, alcançar alguma circunscrição e esclarecimento.

II.3- Método, Linguagem e Vontade: o Sentido da Ação Humana

O que precisa ser alterado para que a Terapia Gramatical tenha sucesso é o sentido da *práxis* do interlocutor, e não o significado particular que suas ações possam ter para ele: a compreensão dos limites do que ele *quer fazer* e *quer dizer* com o que diz e faz. Por isso as questões gramaticais não cabem nas questões estritamente epistêmicas. Quer dizer que o que está em jogo não são os padrões explicativos dos *significados das práticas* particulares para o agente ou para o observador (o que sempre pode ser posto em acordo com as regras que se *quiser*, acrescentando uma interpretação⁹), mas é o *sentido da ação*, os limites do sentido de uma prática lingüística, o próprio *modo de apresentação* das ações próprias e alheias – especialmente nas práticas discursivas que envolvem a tentativa de descrever o sentido e as significações das ações humanas. A Gramática inclui assim, pragmaticamente, e de modo polifônico¹⁰, o atritado terreno da *práxis*, algo que a *Epistemologia tradicional* (seja sintático-semanticamente orientada, ou naturalizadamente pragmática) não poderia ver como poderia tratar (tentativas contemporâneas de desenvolver um ‘Contextualismo Epistêmico’, inspirado em Wittgenstein, mas elaborado no quadro da epistemologia tradicional, têm se mostrado controversas¹¹). Uma vez que, do ponto de vista pragmático das *Investigações*, sentido e significação (*Sinn und Bedeutung*) são *conceitos vagos* – de modo tal que “colapsam juntos”,

⁹ Cf. o tema do ‘Paradoxo das Regras’ das IF, 201-202, bem como a interpretação cética de Saul Kripke (1982).

¹⁰ Isto é, irreduzível a uma voz única (correta) subjacente. O detalhamento do sentido da ‘polifonia’, do ‘dialogismo’, do problema pragmático da ‘enunciação’ e do ‘estilo indireto livre’ que adotamos aqui a partir de Bakhtin para caracterizar o *estilo dialógico* das *Investigações* foi apresentado no *Excursus Teórico-Conceitual sobre o Método*, Anexo I.7 de nossa tese, e é objeto de outro artigo.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

ou seja, “se sustentam e caem um com o outro” (Zettel, 154) –, então é no Rio da Pragmática que o sentido se banha, para além da Sintaxe e da Semântica¹². Mas é fundamental não confundir esta Pragmática Filosófica com qualquer versão de Pragmática que queira se enraizar fora da autonomia da gramática, para aquém/além das formas de vida, seja de maneira naturalizada (Quine, Davidson), seja de maneira transcendentalizada (Apel, Habermas): *entre* o transcendental e o empírico estão as formas de vida wittgensteinianas.

Giramos, portanto, em torno da articulação destes três aspectos: o conceito de ‘método’ pelo qual se define sua filosofia, o conceito do que é ‘entender’ (uma linguagem) e o conceito de uma ‘vontade’, de que *depende* o ‘ver como’, atividade da qual *depende*, por sua vez, a filosofia como atividade terapêutico-gramatical. Nas três fases destacáveis (a inicial do TLP, a Intermediária do Cálculo e a final das *Investigações*) o conceito de vontade varia junto com os conceitos de filosofia/método e de entendimento/linguagem. As relações entre o entendimento e a vontade aparecem envolvidas na constituição das bases, tanto de nossas convicções ilusórias, quanto de nossos procedimentos de elucidação. O modo *como entendemos* uma regra para o uso de uma palavra está intimamente ligado (por relações internas) com o que *queremos fazer* com ela – como é enfatizado no tema wittgensteiniano ‘Seguir uma Regra’. Se na fase inicial a vontade (no sentido em que importa) e o mundo criavam uma oposição intransponível entre o dizível e o indizível, na fase intermédia esses limites começam a esborroar e na fase final a questão dos limites do querer (ou do arbítrio) não oferece mais problema insolúvel algum, tornando-se apenas mais um aspecto de uma rede de confusões conceituais conectadas.

Entender em que sentido a Terapia Gramatical trabalha na persuasão da *vontade* e não no convencimento do *intelecto* ou na modificação da *realidade* (“A filosofia deixa tudo como está”), nos parece ser, portanto, condição de se entender a diferença entre a ‘Terapia Gramatical das Imagens’ e uma ‘Teoria do Simbolismo Lógico’, ou seja, é condição de se entender o *sentido filosoficamente pragmático* peculiar dos usos dos termos Jogos de Linguagem e Seguir Regras, e mesmo a Argumentação contra a Linguagem Privada (em seu debate interno com o problema tractariano da ‘verdade do solipsismo’), no método descritivo gramatical em que se concentra o conceito wittgensteiniano maduro de Filosofia, expresso nas

¹¹ Cf. Keith DeRose em *Skepticism, A Contemporary Reader*, Oxford, 1999; especialmente a “Resposta Contextualista” ao cético de DeRose no capítulo 11, *Solving the Skeptical Problem* (pp. 183-219).

¹² Evocamos aqui a frase ouvida do Prof. José Américo Mota Pessanha durante o Iº Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ em 1987: “O sentido se banha na pragmática, para além da sintaxe e da semântica”. A imagem do rio e de seu leito móvel são usados em *Sobre a Certeza*, 97; cf. o tema em Sílvia Faustino, *Sobre o Leito do Rio dos Pensamentos*, in: Moreno, A.R. (org.), Coleção CLE, no. 43, 2006 (pp. 109-119).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

*Investigações*¹³. Em suma, que haja uma abordagem terapêutico-gramatical do problema da vontade nas *Investigações* inspira nossa reflexão epistemológica sobre a abordagem *filosoficamente pragmática* dos contextos de uso do conceito de ‘ação’ e ‘ação humana’ – e por tanto de ‘ação voluntária’ –, especialmente nos domínios quase-lógicos das, assim chamadas, Ciências Humanas.

II.4- *O Uso de Termos Psicológicos na Descrição da Ação Humana: a seção 600 das Investigações e a Imagem Agostiniana da Vontade*

Há um verdadeiro quebra-cabeças da vontade redesenhado na seção 600 desta publicação póstuma de Wittgenstein. Vamos aqui procurar marcar o modo de presença do *problema gramatical* da vontade nas *Investigações*, bem como tentar delinear a perspectiva de dissolução dos *problemas filosóficos* nos quais a palavra vontade costuma se envolver.

Ante a aparência rapsódica de suas últimas seções, concordamos com a visão de que, ainda que não haja ali, à primeira vista, na seção 600 das *Investigações*, nenhum *sistema* de significações claramente articulado, existe uma articulação, digamos, orgânica, entre os problemas, não evidente a uma primeira vista, talvez: há uma ordem na composição dos parágrafos finais, envolvendo, em um contexto psicológico mais amplo, basicamente, três conceitos, quais sejam, o de *vontade*, de *intenção* e de *significação*.

Nas *Investigações*, o tratamento da ‘Intenção’ (*Absicht*, 629-660), pretende haver *mostrado a falta de sentido* do recurso às intenções para explicar, por exemplo, o fato de que somos capazes de lembrar de intenções não realizadas. Se não existiu um ato efetivo, *deveria* ter havido, ao menos – como sugere a gramática superficial –, uma *intenção*, que já continha, *de algum modo*, o significado do ato, como que *em germe*.

A elucidação final da parte I das *Investigações*, de ‘significar’ (661-693), é precedida pela elucidação gramatical de ‘intencionar’ ou ‘ter intenções’ (629-660)¹⁴, pela qual, uma vez

¹³ O conceito de Pragmática Filosófica que aqui procuramos seguir vem sendo desenvolvido pelo Prof. Arley Moreno em uma série de artigos, e foi recentemente sintetizado em *Introdução a Uma Pragmática Filosófica*, Campinas: ed. Unicamp, 2005. Especificamos nossa compreensão deste projeto em outro artigo.

¹⁴ Onde fica *mostrado* que *não tem sentido* explicar o significado destes verbos, como usualmente se faz, em termos de: a) ‘sensações’ ou de ‘sentimentos’; b) de ‘atos ou atividades mentais nas quais se engaja’; c) de ‘pensar’; d) de uma ‘experiência’ que se tem; e) de um ‘estado mental’ ou ‘estado de consciência’; e nem f) como ‘disposição’; não tendo sentido também explicar a intenção como g) um ‘acompanhamento da ação’. Esta lista é extraída da sumarização elaborada pelo professor Hacker no Comentário Analítico vol. IV, *Mind and Will* (1996), págs. 630-34. Chamamos a atenção para o caráter negativo dos resultados da terapia.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

esclarecidos do que *a intenção não é* (ou como não tem sentido usá-la), em 629-660, podemos então *ver como* ela *não pode* ser usada na *explicação* da *significação*, em 661-693¹⁵.

Esta discussão sobre a intenção é, por sua vez, precedida pelas breves 17 notas filosoficamente investigatórias sobre o querer (trecho intitulado por Hallett 1977 como *Das Wollen*), em 611-628, onde não fica clara à vista a ligação dos temas, nem o sentido de se distinguir, gramaticalmente, a ‘ação voluntária’ da ‘ação intencional’ neste conjunto, e nem mesmo se uma distinção (digamos, categorial) estaria sendo impingida ou sequer tentada.

Neste trecho encontramos, no entanto, um rico e *completo* tratamento gramatical para os problemas do querer, extraído daí desde o reconhecimento e a caracterização do (*nosso*) antigo problema e de seu método de tratamento comparativo (introduzido logo em IF, 611), até a crítica à imagem da vontade como um ‘motor’, que ‘impulsiona sem ser impulsionado’ (IF, 613) e que identificamos como uma Imagem Agostiniana da Vontade – uma vez que Agostinho é citado explicitamente em IF, 618, com sua imagem confusa da ‘vontade fraca’ (segundo a qual pode-se dizer “Quero, mas meu corpo não me obedece”, mas não “minha vontade não me obedece”) – enquanto extensão oportuna, a este domínio psicológico, da Imagem Agostiniana da Linguagem, introduzida, como se sabe, no primeiro parágrafo da obra. O trecho ainda introduz e expõe as conseqüências terapêuticas do reconhecimento da gramaticalidade da proposição “não posso querer querer”, a qual permite dissolver *completamente* o pseudoproblema filosófico da Liberdade *versus* Determinismo¹⁶.

Se reaplicarmos para o trecho ‘vontade – intenção’ o raciocínio interpretativo usado para o trecho seguinte, ‘intenção – significar’, poderíamos pensar que a seção 600 das *Investigações Filosóficas* foi concebida de modo tal que, antes de retomar seu tema central, a discussão de *meinen* e *Meinung* é precedida pela discussão da *Absicht* como condição de ser entendida, e assim também o entendimento adequado do tema da intenção estaria em uma *dependência*, digamos, *terapêutica*, de esclarecimentos anteriores acerca de seu termo quase sinônimo na gramática superficial, a *vontade*.

¹⁵ Isto resume, para nós, de certo modo, o sentido da passagem de uma abordagem fenomenológica para uma abordagem gramatical do problema da significação: a intencionalidade não é fonte ou origem das regras gramaticais, mas deve ela mesma ser elucidada pela gramática dos usos dos termos psicológicos. São as regras da gramática que elucidam o que é a intenção, e não o contrário.

¹⁶ Uma exposição consistente do sentido da dissolução deste tradicional problema filosófico em Wittgenstein exige a consideração pormenorizada das análises aqui apenas indicadas, incluindo a análise da parte II das *Investigações* e de textos coetâneos sobre Filosofia da Psicologia, além das *Notas sobre Liberdade da Vontade* (1943/6), tema que reservamos para um próximo artigo.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

Qual o problema, afinal, com a vontade? Que haja um problema com sua ‘essência’ (*Wesen*) está marcado no ‘miolo’ das *Investigações*¹⁷ onde o parentesco com o problema da intenção parece mesmo estreitado. A macrodivisão convencional da seção 600 – que não foi feita por Wittgenstein, mas segue praticamente intacta nos quase 20 anos que vão de Hallett a Hacker¹⁸ – sugere que se trata de dois problemas distintos, ainda que não esteja ‘implicada’ uma relação de dependência de um tema para outro; ou melhor, a rede de conceitos psicológicos, como a de qualquer jogo de linguagem, deve ser esclarecida em conjunto, pelo esclarecimento mútuo de uns termos pelos outros (o que não descarta, porém, que o uso terapêutico de um termo, como *Absicht*, por exemplo, possa ser usado para a terapia de outro, como *Meinung*, como no caso do trecho final da parte I das *Investigações*).

O problema da vontade *não pode* ser elucidado por uma teoria, que ofereça, de saída, uma definição pretensamente mais exata de cada termo em questão, pois aí o passo mais importante na prestidigitação já teria sido dado e justamente ele, parecendo inocente, nos passaria despercebido (IF, 308). Pode talvez ser elucidado pela terapia progressiva de um conjunto de termos correlatos – o que, por sua vez não invalida, nem resolve *a priori*, a questão sobre como relacioná-los.

II.5- O Problema Gramatical da Vontade: Ação Voluntária e Ação Intencional

Que haja dois problemas distintos, o da intenção e o da vontade (e, com este, o do desejo), quer dizer, para nós, que existem usos distintos destas palavras, ainda que existam certos contextos nos quais elas possam ser tranqüilamente usadas umas pelas outras. Ao adotarmos unilateralmente *estes contextos* não problemáticos como padrão para a definição dos termos, é claro que *não podemos ver* aí maiores problemas. A elucidação da gramática profunda, ou seja, das diferenças no uso das expressões de desejo, de vontade e de intenção, ou ainda das confusões que produzimos com usos especializados destes conceitos, no contexto lingüístico da *justificação da ação* significativa, nos parece ser o principal alvo da centena final de parágrafos das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein.

¹⁷ Cf. a seção 170ss das *Investigações*, em especial IF, 174: “É justamente uma vivência interior determinada”. (Com o que, naturalmente, não se disse mais nada). (Há aí uma conexão com a questão sobre a essência da intenção, da vontade)”. A expressão ‘miolo das *Investigações*’ foi usada em seus *Comentários Analíticos* por Baker e Hacker para situar os temas centrais das *Investigações Filosóficas*: o ‘Seguir Regras’ e a ‘Argumentação contra a Linguagem Privada’.

¹⁸ O *Companion* de Hallett é de 1977 e o *Comentário Analítico* de Hacker sobre a seção 600, de 1996.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

Que haja diferenças nos usos, isso pode ser provisoriamente marcado, *grosso modo*, como diferenças no *sentido da ação*, no *modo de apresentação* e de *descrição* que adotamos ao explicar as ações próprias e alheias: pelo recurso ao querer, por exemplo, a ação pode estar sendo explicada como um fim em si mesma (“fiz porque quis”); pelo recurso lingüístico à intenção, a (mesma) ação pode estar sendo explicada antes como um meio para um fim; e pelo recurso ao desejo, aquela ação pode estar sendo tipicamente explicada como forçada, como quando dizemos do desejo que ele era ‘irresistível’. As diferenças podem ser marcadas pelas diversas *reações* que as diferentes explicações da ação ensejam em seus contextos particulares de uso (nos jogos de linguagem onde estão efetivamente inseridas). Pela ‘mera vontade’, uma ação prejudicial, por exemplo, pode ser *vista como* cínica, má, arbitrária ou mesmo cruel; pela explicação intencional a ação pode passar a ser *vista como* resultado de um cálculo mal feito (onde a pessoa aparece mais como burra ou imprudente do que como ruim, malvada ou cruel); e ante a explicação pelo desejo podemos estar querendo dizer que seu autor não teve tanta culpa (foi antes ‘fraco’ e não ‘mau’ ou ‘burro’). A distinção pode ser apontada assim quanto ao grau de responsabilidade que estamos dispostos a atribuir ao *agente* por sua *ação*, quanto ao modo de ligação que estabelecemos entre estes dois termos, através de usos e abusos dos simbolismos, ou quanto ao papel da primeira pessoa, do pronome pessoal singular ‘eu’ (no tempo presente, passado ou futuro) na descrição da ação em questão.

Como sei que tinha tal intenção, um desejo ou uma vontade, inclusive se eles nunca se ‘realizaram’ ou mesmo mal chegaram a se ‘manifestar’ externamente? No tratamento gramatical do problema, ao invés de *pensar a forma* da realidade que *deve existir* para que usemos as expressões de intenção (desejo ou vontade) como as usamos, Wittgenstein insiste que devemos *olhar para os contextos de uso* onde aprendemos o jogo de linguagem da intenção. A mesma receita, *pari passu*, parece poder ser aplicada ao ‘problema da essência da vontade’ (e do desejo).

Mas aí acabam as semelhanças, pois ainda que possamos até antecipar os métodos e o objetivo do tratamento oferecido pelas *Investigações* (por analogia com o problema da intenção), isso ainda não deixa claro qual é exatamente o problema com a vontade (ou com os usos dessa palavra), e qual a posição deste problema em nossa rede de conceitos psicológicos.

Os *critérios* que possuímos para ‘saber’ se o que ‘temos’ é uma vontade, um desejo ou uma intenção (sendo esta senão uma pequena parte de nossa ampla, vaga, fluida, errática e movediça rede de termos psicológicos), não podem ser caudatários da experiência empírica,

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

nem aquela do senso comum nem aquela depurada em uma teoria – seja sociológica, psicológica ou antropológica, que nos modelasse e decidisse previamente o sentido dos termos; mas devem sim ser *resultados*, ainda que, a princípio, apenas *negativos*, da investigação terapêutica, minuciosa e panorâmica, dos usos de palavras em seus contextos particulares. O critério para saber se o que tenho é uma vontade é gramatical: não é ‘empírico’ nem ‘transcendental’ – seu fundamento pragmático não é ‘natural’ nem ‘universal’. E isso quer dizer que o critério tem caráter convencional, normativo (*a priori*), contextual, e está profundamente enraizado em nossas formas de vida.

Os diversos modos pelos quais uma ação pode adquirir *sentido* parece, então, que devem entrar em linha de conta no momento de se decidir se um determinado uso de uma expressão pertence ou não ao conjunto de ações que a *práxis* abaliza. Isso é o mesmo que perguntar se um lance pertence ou não a um jogo de linguagem, isto é, se é ou não lícito, segundo as regras daquele jogo, ou seja, se tem ou não sentido.

Uma ação pode ser motivada por um desejo (dito muitas vezes ‘irresistível’), por uma intenção (algumas vezes ‘inconfessável’), mas será que poderia ser também motivada por uma vontade (que pode ser qualificada como ‘mera’, ‘cega’, ‘popular’, ‘individual’, ‘livre’, ‘determinada’, ‘fraca’, ‘potente’ ou ‘insaciável’ etc.) sem mais, isto é, como algo perfeitamente distinto de um pensamento, de um desejo, de uma intenção, de um sentimento ou de uma emoção? Qual a significação que atribuímos a esta palavra quando a usamos assim? Que papéis específicos ela cumpre em nossas formas de vida? Que tem ela a dizer, de especial, a nós mesmos, acerca de nós mesmos e dos outros?

Em termos histórico-filosóficos poderíamos perguntar por que uma tão ampla e excelente tradição de pensadores tem visto sempre a necessidade de distinguir, nas faculdades da mente, um ‘poder *ativo* de pensar’ e um ‘poder *ativo* de querer’ – enquanto algo distinto do desejo e das impressões sensíveis, como algo que se ‘sofre’ ou se ‘recebe’. O que diz, peculiarmente, nossa fala da vontade, que parece não poder ser dito pelas falas do pensamento, da intenção, dos desejos, ou mesmo das sensações, sentimentos e emoções?

III- CONCLUSÃO: *Os Dois Sentidos do Problema da Vontade – o Interno e o Externo*

Há, portanto, ao menos estes dois sentidos mais gerais no problema da vontade em Wittgenstein: a) um autêntico *problema gramatical* de descrição dos limites do sentido, enquanto a vontade faz parte da terapia; e b) um típico *problema filosófico*, paradoxal e com

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

aparências de insolúvel (como aquele expresso no obstinado antagonismo entre ‘Liberdade e Determinismo’). Uma vez que *não tem sentido* falar em ‘querer querer’ (IF, 613), então podemos concluir, terapeuticamente, que a *minha vontade* não é nem ‘minha’ nem ‘voluntária’ (pois *ela mesma* não é voluntária nem involuntária, e a Gramática do voluntário é feita de regras públicas, aprendidas, e não fundada em pretendidas auto-observações empíricas). Significa que querer saber se a vontade é, em si mesma, livre ou determinada equivale a querer saber se ‘*eu posso querer querer*’ (e *então* a vontade seria livre) ou se ‘*eu não posso querer querer*’ (e *então* a vontade seria determinada), sendo que nenhuma das duas questões tem sentido – permitindo-nos vislumbrar a dissolução de mais este estranhamente persistente, tenaz dilema filosófico tradicional.

O problema da vontade não pode ser outra coisa, enquanto *problema filosófico*, senão o de uma confusão conceitual promovida, antes de mais nada, pelo próprio discurso filosófico (seguido de perto pelo científico, literário, religioso, político, moral e do senso comum) devido, antes de tudo, àquilo que se *quer fazer* com este conceito – e não ao fato de o ‘fenômeno’ ser ‘em si’ ou ‘para nós’ muito sutil ou complexo.

Usamos e abusamos da vontade, como razão e como causa, para explicar as ações próprias e alheias. Com que sentido? Ao colocarmos esta questão podemos *ver como* um *pseudoproblema filosófico* se converte em *autêntico problema gramatical*, um problema de compreensão dos limites do sentido do uso de uma palavra que pode ser elucidado através de descrições gramaticais perspicuas. Alinhavamos assim estas duas primeiras linhas, externa e interna, de nossa problemática. Em que sentido a vontade faz problema?

1- ***Enquanto Problema Filosófico*** (externo): o problema da vontade, considerado externamente, como qualquer outro *problema filosófico* para Wittgenstein, é o problema de uma confusão conceitual gerada principalmente pelas explicações mitológicas que filósofos (o autor do *Tractatus*, inclusive), mas também artistas, moralistas, religiosos, políticos e cientistas (como psicólogos, antropólogos, sociólogos, neuro-fisiólogos etc) querem dar com esta palavra, a qual pode ser usada na vida cotidiana com perfeita clareza. Ainda que as notas das *Investigações* sobre a vontade não sejam tão desenvolvidas como poderíamos querer que fossem, é possível entrever ali alvos típicos sendo visados. Neste sentido, este é mais um problema para nós, do que para Wittgenstein, pois é justamente o

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

modo não gramatical de pensar que continua criando quimeras para resolver mitologias, e nós temos de identificar nossos próprios alvos, a cada vez, segundo o contexto.

2- *Enquanto Problema Gramatical* (interno): a vontade é também um problema interno à filosofia de Wittgenstein, no sentido de que seu conceito de filosofia, na segunda fase, tem sua marca no uso do conceito de terapia para justificar que a descrição gramatical dos usos das palavras não tem em vista, nem por base, qualquer teoria ou nova tese, o que seria apenas uma construção para o intelecto, mas sim, o que é mais fundamental, tem em vista minar as resistências da vontade: o modo-de-ver e o querer-fazer. Enquanto *problema gramatical*, para Wittgenstein o problema da vontade aparece já em sua *definição de filosofia*, na articulação entre método, entendimento e vontade a que ela aporta, e o sentido deste uso gramatical, nas *Investigações*, é um problema para nós, a ser elucidado, pois possui uma rica e enigmática ancestralidade no uso místico da inefável vontade transcendental ética do *Tractatus*.

No problema da vontade, explicitado enquanto tal por Wittgenstein, encontramos uma ‘estranha oposição’, como ele o diz, na forma de um paradoxo ou um dilema: ‘a vontade é um fenômeno’ e ‘a vontade não é um fenômeno’, ou ‘a vontade é uma experiência’ e ‘a vontade não é uma experiência’, ou ainda na forma: ‘a vontade é algo que nos acontece’ (“vem quando vem”) e ‘a vontade é algo que fazemos’ (“querer é agir”) – tal como retomado no início do trecho sobre a vontade na seção 600 das *Investigações* (IF, 611). O problema seria: “por que tenho vontade de afirmar ambas?” (EPB, 235)¹⁹.

Que vontade é esta que eu tenho de dizer que a vontade é isto ou que não é aquilo? Podemos ver aqui, com Hacker (1996), que Wittgenstein está em luta intestina com duas concepções antagônicas de vontade: a empirista e libertista de um lado (W. James) e a transcendental e determinista de outro (Schopenhauer). Elas se cristalizam de maneira tensa e enigmática no TLP, onde se conserva uma concepção dual de vontade, ora empírica (trivialmente descritível pela psicologia), ora transcendental (limite do mundo, portadora dos valores inefáveis e indescritível por quem quer que seja).

¹⁹ EPB, 235 (*Eine Philosophische Betrachtung*, 1936): “Há uma estranha oposição entre duas idéias: gostaríamos de dizer que ‘querer não é uma experiência’ e – ‘querer é igualmente apenas uma experiência’. Que significam em geral estas duas proposições, e por que queremos asserti-las ambas?”.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

Bem, se é este o caso, então é justo esperar que as *Investigações* estejam articulando, não exatamente uma solução, mas sim um encaminhamento para a *dissolução* de mais este paradoxo, ou seja, para a dissolução dos pseudoproblemas que surgem de nossas tentativas de nos arremessarmos contra os limites de nossa linguagem, e que embaçam a compreensão de nossas ações voluntárias e das alheias, devendo assim nos mostrar em que sentido a proposição gramatical organiza nossa experiência e de que modo nossa Gramática concebe o substantivo ‘vontade’, o verbo ‘querer’ e o adjetivo ‘arbitrário’ (palavras distintas morfologicamente em português, mas que em alemão têm a mesma raiz: *Wille, willen, willkürlich*) – em oposição às concepções empiristas, (deonto)lógicas, fenomenológicas, calculistas e metafísicas, da vontade, de sua fraqueza e de seu poder.

Coda – Linhas de Delineamento para uma Gramática do Querer em Wittgenstein

Uma vez que tenhamos sido convincentes de que há para o Wittgenstein das *Investigações* um problema gramatical com a vontade, com conseqüências tanto para o plano ético como para o plano epistêmico, concluimos este artigo com a indicação sumária e panorâmica dos aspectos da obra de Wittgenstein que devem ser inspecionados se tivermos interesse em um delineamento mais preciso da Gramática do Querer de Wittgenstein.

Para delinear o programaticamente o trabalho interpretativo do sentido da compreensão gramatical do querer e da dissolução terapêutico-gramatical do problema filosófico da vontade, em Wittgenstein, cremos ser suficiente a elucidação dos quatro seguintes aspectos de sua obra:

- a) Uma tópica comparativa que caracterize o decorrer das diferenças na concepção de vontade em Wittgenstein, entre a vontade dual do *Tractatus*, a vontade já internalizada aos sistemas de cálculo da Fase Intermediária e a vontade gramatical das *Investigações Filosóficas*;
- b) Uma análise sistemática da seção 600 das *Investigações*, inclusive do contexto antecedente e posterior à seção sobre a vontade (IF, 611-628), situando o seu problema nesta rede de termos psicológicos, e caracterizando o papel da proposição gramatical ‘não posso querer querer’ aí utilizada, conferindo especialmente uma interpretação adequada da retomada da referência de Wittgenstein a Agostinho (a Imagem Agostiniana da Vontade) no parágrafo 618 das *Investigações*;

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

- c) Uma análise complementar da parte II das *Investigações* onde se explicita a noção de uma ‘dependência da vontade’ (IF, II, xi), no contexto de análise da gramática do ver como, incluindo aí os aportes das *Notas sobre Filosofia da Psicologia* (1946/49); e
- d) Uma análise das *Notas sobre a Liberdade da Vontade* (*Notes on the Freedom of the Will*) de 1943/46, enquanto exercício gramatical de Wittgenstein diretamente sobre o assunto, e que pode funcionar como campo de prova para as interpretações gerais que fazemos sobre o sentido do problema da vontade na filosofia do segundo Wittgenstein.

Estes quatro aspectos conjugados nos parecem compor um quadro suficiente que nos permita adquirir uma visão perspicua da gramática do querer de Wittgenstein.

Referências

- CAVELL, S. *Esta América Nova Ainda Inabordável*, São Paulo: Editora 34, 1997.
- DEROSE, K. e WARFIEL, T. (eds.), *Skepticism A Contemporary Reader*, Oxford, 1999.
- FAUSTINO, S. *Sobre o Leito do Rio dos Pensamentos*, in: Moreno, A.R. (org.), *Wittgenstein: ética, estética, epistemologia*, Coleção CLE, no. 43, 2006 (pp. 109-119).
- FUJIMOTO, T. *The Notion of Erklärung*, in: *Ludwig Wittgenstein Philosophy and Language*, Ambrose e Lazerowitz, England: Thoemmes Press, 1996 (pp. 222-232).
- GASTON-GRANGER, G. *Filosofia do Estilo*, São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HACKER, P.M.S. *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, vol. IV, *Wittgenstein, Mind and Will*, Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- HALLETT, G., *A Companion to Wittgenstein's Philosophical Investigations*, Cornell: Cornell Univ. Press, 1977.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language – An Elementary Exposition*, USA: Harvard Univ. Press, 1982.
- LYOTARD, J. F. *A Condição Pós-moderna*, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1988.
- MORENO, A.R. *Introdução a Uma Pragmática Filosófica*, Campinas: ed.Unicamp, 2005.
- _____. *Por Uma Pragmática Filosófica – Cadernos de Estudos Linguísticos* (30) 9-20: Jan/Jul, 1996.
- QUINTON, A.M. - Excerpt from “Contemporary British Philosophy” in: Pitcher, G. (ed.) *Modern Studies in Philosophy – Wittgenstein, The Philosophical Investigations, A Collection of Critical Essays*, USA: Macmillan, 1966, (pp. 1-21).
- SALLES, J.C. *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, Col. CLE/Unicamp: 2002.
- SAVICKEY, B., *Wittgenstein's Art of Investigation*, London, USA e Canada: Routledge, 1999.
- SIQUEIRA, E.G., *Por Uma Gramática do Querer em Wittgenstein*, Tese: Unicamp, 2004.
- WITTGENSTEIN, L. *Bemerkungen Über die Philosophie der Psychologie* Band I und II, ed. G.H. von Wright und H. Nyman – Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- _____. *Big Typescript, Final Version* (1932-33). Nachlass - Volume 89a Microfilm by Photo Science of Cornell University - Ithaca, New York (14850), 1968.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------

- _____. *Investigações Filosóficas*, São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. *Last Writings on the Philosophy of Psychology – Preliminary Studies for Part II of Ph. I.*, vol. I, Oxford: Blackwell, 1982.
- _____. *Notes On Freedom of the Will* (NFW) Notes Taken by Y. Smythies of a Lecture On Freedom of the Will Delivered in Cambridge probably 1945-46 (Oxford) *Nachlass* – Volume 99 Microfilm by Photo Science of Cornell University - Ithaca, New York (14850), 1968.
- _____. *Philosophische Bemerkungen*. Oxford: Blackwell, 1975.
- _____. *Philosophische Untersuchungen*, Oxford: Blackwell, 1968.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*, trad. L. H. L. dos Santos, São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Über Gewissheit*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.
- _____. *Zettel*, Anscombe and von Wright (eds.), Univ. of California Press: 1967.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 3-22
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	----------